

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

CARGO

A

DVOGADO

13-01-2018

Esta prova consta de 20 (vinte) questões sobre Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo.

ATENÇÃO

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
 1. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
 2. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados (nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas UMA resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

BOA PROVA!

Nº DE INSCRIÇÃO

NOME

1. A estruturação da Administração traz a presença, necessária, de centros de competências denominados Órgãos Públicos ou, simplesmente, Órgãos. Quanto a estes, é correta a afirmação da alternativa:
 - A.() Possuem personalidade jurídica própria, respondendo diretamente por seus atos.
 - B.() Suas atuações são imputadas às pessoas jurídicas a que pertencem.
 - C.() Não possuem cargos, apenas funções, e estas são criadas por atos normativos do ocupante dos respectivos órgãos.
 - D.() Não possuem cargos nem funções.

2. São princípios constitucionais controladores da atuação administrativa dos três poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
 - A.() Legalidade, impessoalidade, credibilidade e motivação.
 - B.() Legalidade, moralidade, revogabilidade e publicidade.
 - C.() Legalidade, impessoalidade, moralidade e autenticidade.
 - D.() Nenhuma das alternativas está correta.

3. A prerrogativa atribuída à Administração Pública para invadir materialmente a esfera jurídica dos particulares, sem recorrer previamente ao Poder Judiciário, denomina-se corretamente de acordo com a alternativa:
 - A.() Presunção de validade.
 - B.() Imperatividade.
 - C.() Executoriedade.
 - D.() Exigibilidade.

4. Demóstenes, servidor público aposentado, e estando presentes os requisitos legais, retornou à atividade, no interesse da Administração, enquanto Medusa, servidora pública estável, foi reinvestida no cargo anteriormente ocupado, por ter sido invalidada a sua demissão por decisão administrativa. Essas situações caracterizam, respectivamente, as formas de provimento denominadas, corretamente, na alternativa:
 - A.() Readaptação e reintegração.
 - B.() Reversão e recondução.
 - C.() Reintegração e nomeação.
 - D.() Reversão e reintegração.

5. Afrodite, tendo tomado posse e entrado em exercício no cargo de técnico judiciário (área administrativa), não satisfaz as condições do estágio probatório, enquanto Zeus tomou posse, mas não entrou em exercício no prazo estabelecido. Diante dessas situações, ocorrerá:
 - A.() a demissão e a exoneração a pedido, respectivamente.
 - B.() a readaptação especial e a demissão, respectivamente.
 - C.() a demissão de ofício, em ambos os casos.
 - D.() a exoneração de ofício, em ambos os casos.

6. Sendo o funcionário público colocado em disponibilidade remunerada, o período de tempo em que a mesma ocorrer será contado de acordo com o descrito na alternativa:
 - A.() Somente para sexta-parte.
 - B.() Para efeito de promoção por merecimento.
 - C.() Para aposentadoria.
 - D.() Exclusivamente para adicional por tempo de serviço.

7. Sobre licitação, marque a alternativa falsa.
- A.() Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.
 - B.() Entre outras, a documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, constituirá em ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
 - C.() Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.
 - D.() É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial, nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
8. Quanto ao procedimento do pregão, é INCORRETA a afirmação da alternativa:
- A.() A primeira fase é a de publicação do aviso do edital no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação, com antecedência mínima de oito dias da entrega das propostas, sendo possível também a divulgação por meios eletrônicos.
 - B.() A segunda fase, a de julgamento e classificação das propostas, deve ser desenvolvida em sessão pública, durante a qual são entregues os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos.
 - C.() A fase referente à habilitação do vencedor é a última fase, ocorrendo logo após a classificação das propostas, sendo homologado o procedimento, nesse momento, pela autoridade competente, findando-se o procedimento.
 - D.() O julgamento e a classificação das propostas se fazem pelo critério do menor preço, o que não impede que sejam analisados os prazos máximos para fornecimento, as especificações, técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
9. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente, sobre os itens descritos corretamente na alternativa:
- A.() Direito eleitoral, trabalhista e econômico.
 - B.() Direito tributário, agrário e financeiro.
 - C.() Criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
 - D.() Comércio interestadual, navegação lacustre e desapropriação.
10. No tocante ao Município, nos termos da Constituição Federal, é correto o que se afirma na alternativa:
- A.() Cada Município reger-se-á por sua própria lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício de trinta dias.
 - B.() Nas Câmaras Municipais, o número mínimo de vereadores será de doze.
 - C.() Nos casos de crime comum e de responsabilidade, o Prefeito é julgado perante o tribunal de Justiça.
 - D.() O número máximo de vereadores será de cinquenta e cinco.
11. Em relação à organização político-administrativa, nos termos da Constituição Federal, é incorreta a afirmação da alternativa:
- A.() A reintegração de território será regulada por lei complementar.
 - B.() Os municípios podem ser incorporados por meio de lei estadual dentro do período determinado por Lei Complementar Federal.
 - C.() O desmembramento de estado está sujeito à consulta prévia à população envolvida, mediante referendo.
 - D.() Os territórios federais integram a União.

12. O princípio da igualdade, estabelecido no art. 5º da Constituição Federal, traz garantias aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil. Não é parte dessas garantias o item descrito na alternativa:
- A.() Dignidade da pessoa humana.
 - B.() Liberdade.
 - C.() Propriedade.
 - D.() Inviolabilidade do direito à vida.
13. Regina Maria reside em uma localidade paranaense que é servida com iluminação pública cobrada dos contribuintes. Nessa situação, a espécie tributária que Regina Maria paga pela iluminação pública corresponde, corretamente, ao item da alternativa:
- A.() Taxa paga ao estado.
 - B.() Contribuição paga ao município.
 - C.() Contribuição paga ao estado.
 - D.() Taxa paga ao município.
14. Sobre a obrigação tributária principal e acessória e sobre o fato gerador do tributo, assinale a alternativa correta.
- A.() Segundo o Código Tributário Nacional, a obrigação de pagar multas e juros tributários constitui-se como obrigação acessória.
 - B.() A obrigação acessória, quando não observada, converte-se em obrigação principal somente em relação à penalidade pecuniária.
 - C.() A existência de uma obrigação tributária acessória pressupõe a existência de uma obrigação tributária principal.
 - D.() A instituição de obrigação acessória, com a finalidade de dar cumprimento à obrigação principal, deve atenção ao princípio da estrita legalidade.
15. Em matéria de responsabilidade tributária por sucessão, assinale a alternativa que apresenta quem é ou são pessoalmente seu(s) responsável(veis):
- A.() O arrematante de bem imóvel, no caso de arrematação em hasta pública, pelos tributos devidos por fatos geradores anteriores à arrematação.
 - B.() O sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou meação.
 - C.() O alienante de bem imóvel, no caso de ter assumido em escritura pública a obrigação por tributo relativo a fato gerador acontecido antes da transmissão, quando não houver prova de quitação de tributos.
 - D.() O adquirente, em hasta pública, de estabelecimento comercial ou fundo de comércio, em processo de falência, por tributos devidos até a data da aquisição.
16. Solicitada à Administração Tributária a restituição de imposto pago a maior dentro do prazo quinquenal assinado pelo artigo 168 do C.T.N., a decisão administrativa denegou a restituição. Qual o prazo de prescrição da ação anulatória da decisão administrativa que denega a restituição?
- A.() 05 (cinco) anos, a contar da intimação do sujeito passivo.
 - B.() 10 (dez) anos, a contar da intimação do sujeito passivo.
 - C.() 02 (dois) anos, a contar da intimação do sujeito passivo.
 - D.() Ano e dia, a contar da intimação do sujeito passivo.
17. Assinale a alternativa cujo item se constitui como despesas de capital.
- A.() Materiais de consumo.
 - B.() Juros da dívida pública.
 - C.() Obras públicas.
 - D.() Contribuições da previdência social.

18. A lei de diretrizes orçamentárias dispõe, entre outros, sobre o item da alternativa:
- A.() Demonstrativo de metas anuais.
 - B.() Recebimento de transferências voluntárias.
 - C.() Equilíbrio entre receitas e despesas.
 - D.() Exoneração do servidor estável.
19. O Anexo de Metas Fiscais deve integrar o item descrito corretamente na alternativa:
- A.() O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecendo em valores correntes e constantes a meta para o montante da dívida pública para o exercício a que se referir e para os dois seguintes.
 - B.() O Plano Plurianual (PPA) disposto pela Constituição Federal, estabelecendo metas de resultados primário e nominal para o seu período de vigência.
 - C.() A Lei Orçamentária Anual (LOA), estabelecendo as metas de resultados primário e nominal para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
 - D.() A Lei Orçamentária Anual (LOA), estabelecendo as metas de resultados primário e nominal somente para o exercício a que se referir.
20. O Relatório de Gestão Fiscal, emitido ao final de cada quadrimestre, conterà comparativo com os limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, dos seguintes montantes, exceto o item da alternativa:
- A.() Despesa total com pessoal, distinguindo-a com inativos e pensionistas.
 - B.() Dívidas consolidada e mobiliária.
 - C.() Concessão de garantias.
 - D.() Despesas de exercícios encerrados.